Conselho
da União Europeia

Bruxelas, 20 de novembro de 2026
(OR. en)

15479/26

CULT 138
CULT HERIT 33

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2027-2030

Junto se envia, à atenção das delegações, a resolução em epígrafe, aprovada pelo Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) na sua sessão de 20 de novembro de 2026.

ANEXO

Resolução do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2027-2030

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA E OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS, REUNIDOS NO CONSELHO,

REAFIRMANDO:

– a visão estratégica a longo prazo para colocar a cultura no centro da identidade europeia, delineada na Declaração Comum «A Europa pela Cultura – A Cultura pela Europa», aprovada pelo Conselho da União Europeia, pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia em 18 de junho de 2026[1];

REGISTANDO:

– os planos de trabalho da UE para a cultura e os resultados alcançados nesse contexto, que definem as prioridades políticas de alto nível e uma agenda prospetiva para a participação dos Estados-Membros na política cultural a nível da União;

RECONHECENDO:

– o valor intrínseco da cultura como fonte de sentido, inspiração, inovação, ligação entre as pessoas, compreensão mútua, identidade e comunidade;

– que a diversidade cultural e linguística da Europa constitui um património comum que deve ser valorizado, apoiado e preservado em benefício de todos;

– o papel central da cultura na proteção da democracia e na promoção dos valores europeus, bem como no fomento da paz, da resiliência da sociedade, do diálogo social, da inclusão, da coesão social e da saúde e bem-estar de todos os cidadãos da União;

[1] JO C, C/2026/3440, 25.6.2026.

– o papel da cultura na promoção da igualdade de género e a necessidade de a União ter por objetivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade na realização de todas as suas ações, em conformidade com o artigo 8.º do TFUE;

– o papel único dos setores culturais e criativos na aceleração da transição ecológica, incluindo a sustentabilidade, a resiliência e a adaptação às alterações climáticas, em consonância com os objetivos da União;

– o papel central dos setores culturais e criativos na criação de emprego em toda a União e na promoção do crescimento, da competitividade, da inovação e do desenvolvimento sustentável inclusivo;

– a importância da cultura nas relações externas e na cooperação bilaterais e multilaterais da UE e, em particular, na sua parceria com a UNESCO e o Conselho da Europa;

À LUZ:

– da guerra de agressão em curso da Rússia contra a Ucrânia, incluindo a destruição seletiva do património cultural, os ataques aos setores cultural e criativo da Ucrânia e os ataques a artistas e profissionais da cultura ucranianos;

– da atual instabilidade geopolítica em todo o mundo, inclusive nas regiões em conflito, que representa ameaças significativas para o património cultural, os artistas e os profissionais da cultura e tem neles grande impacto;

– dos impactos reais e imediatos das crises ambientais e climáticas nas paisagens culturais e no património cultural e, de um modo mais geral, nos setores culturais e criativos, com a Europa – o continente que regista o aquecimento mais rápido do planeta – a sofrer uma perda de biodiversidade sem precedentes e um agravamento dos ciclos de vagas de calor, incêndios florestais, secas, fortes nevões, inundações, vagas de calor marinhas e tempestades[2];

[2] Ver *European State of the Climate Report 2025* [Relatório sobre o Estado do Clima na Europa 2025] – https://climate.copernicus.eu/esotc/2025.

– dos desafios que as democracias atualmente enfrentam em toda a União e a nível mundial, incluindo as ameaças à liberdade artística e à autonomia das instituições culturais, e dos esforços em curso para ajudar a coordenar, mobilizar, complementar e reforçar a resposta coletiva da Europa a estes desafios[3];

– da rápida evolução da tecnologia digital, nomeadamente da inteligência artificial (IA), que cria oportunidades para apoiar a prática criativa e proteger e melhorar o património cultural, ao mesmo tempo que suscita preocupações quanto às ameaças à criatividade humana, à diversidade cultural e linguística, à segurança do emprego, à cibersegurança, à soberania dos dados, à remuneração justa e à proteção dos direitos de propriedade intelectual nos setores culturais e criativos;

RECORDANDO:

– a Comunicação da Comissão intitulada «Bússola da Cultura para a Europa», publicada em 12 de novembro de 2025[4];

– o Relatório da Comissão sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, de 2 de julho de 2026;

– as referências políticas constantes do anexo IV da presente resolução;

ACORDAM:

– em apoiar o reforço da cooperação cultural europeia, promover a diversidade cultural e linguística e criar valor acrescentado europeu, tendo em conta o atual contexto cultural, social, económico, político e de segurança e respeitando devidamente os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade;

---

3 Ver «Escudo Europeu da Democracia: capacitar democracias fortes e resilientes».
4 Doc. 15410/25.

– nos seguintes domínios prioritários para o período 2027-2030, inspirados nas direções fundamentais da Bússola da Cultura para a Europa de 2025:

a) Reforço dos valores europeus, dos direitos culturais e da liberdade artística;

b) Capacitação dos artistas e dos profissionais da cultura e apoio às pessoas e à sociedade;

c) Cultura e competitividade, resiliência, inovação, sustentabilidade e coesão;

d) Relações culturais internacionais e parcerias.

CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS:

– a ter em conta, sempre que adequado, os domínios prioritários do presente plano de trabalho no desenvolvimento da sua própria política nacional em matéria de cultura e as oportunidades de cooperação entre os Estados-Membros decorrentes desses domínios.

CONVIDAM A COMISSÃO EUROPEIA:

– a elaborar um relatório sobre a execução do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2027-2030, com base em contributos voluntários dos Estados-Membros da UE, até junho de 2030;

– a informar regularmente o Conselho sobre a execução do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2027-2030 e das suas ações específicas, conforme adequado, a fim de permitir que os Estados-Membros mantenham uma visão global dos progressos e resultados, e a trabalhar simultaneamente com os Estados-Membros para assegurar uma visibilidade e acessibilidade adequadas dos resultados para os setores culturais e os cidadãos.

I. DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS

a) Reforço dos valores europeus, dos direitos culturais e da liberdade artística

A evolução social, cultural e geopolítica durante os anteriores planos de trabalho para a cultura realçou o papel estratégico da cultura na promoção dos valores europeus, no reforço da democracia e na construção de sociedades mais fortes e mais resilientes. As ações no âmbito do Plano de Trabalho 2027-2030 devem reforçar ainda mais a compreensão e a sensibilização para os direitos culturais como forma de melhorar o acesso e a participação na cultura e a liberdade de expressão e criação artísticas.

O acesso e a participação na cultura continuam a ser pilares fundamentais dos direitos culturais, tal como reconhecido nos instrumentos pertinentes em matéria de direitos humanos[5]. O plano de trabalho deve apoiar uma ação coordenada da União para promover a participação inclusiva na cultura e no património cultural, tanto material como imaterial, e nos bens culturais digitais. As instituições culturais, incluindo, nomeadamente, as bibliotecas, os museus, os teatros, os cinemas e os sítios do património, bem como os ambientes de vida de elevada qualidade, promovem a participação democrática e cívica, reforçando ao mesmo tempo os polos culturais e sociais de base comunitária. Este aspeto é particularmente importante para os jovens e os idosos, as comunidades rurais e remotas, incluindo as das regiões ultraperiféricas da União, as pessoas com deficiência e os grupos marginalizados.

[5] Ver, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

As ameaças à liberdade artística, nas suas muitas formas, continuam a ser uma preocupação fundamental nos setores culturais e criativos[6]. As partes interessadas apelaram à adoção de medidas em resposta a estas ameaças, incluindo o desenvolvimento de indicadores sólidos e o acompanhamento específico por país da liberdade artística. A cooperação com o Conselho da Europa e a UNESCO deve ser reforçada para apoiar as iniciativas existentes, desenvolver futuras iniciativas conjuntas e evitar duplicações.

O plano de trabalho deve contribuir para uma maior sensibilização para os princípios e valores integrados no património cultural da Europa, que constituem uma fonte comum de memória, compreensão, identidade, diálogo, coesão e criatividade.

b) Capacitação dos artistas e dos profissionais da cultura e apoio às pessoas e à sociedade

Reforçar o estatuto, as condições de trabalho e a mobilidade transfronteiriça dos artistas e dos profissionais dos setores culturais e criativos, respeitando simultaneamente o papel e a autonomia dos parceiros sociais, continua a ser uma prioridade fundamental das políticas culturais na União e é essencial para proteger a viabilidade dos setores culturais e criativos e aumentar o seu impacto. Os artistas e os profissionais da cultura têm direito a condições de trabalho equitativas, justas, saudáveis e seguras, e uma remuneração justa e condições de trabalho adequadas também ajudam a preservar a liberdade artística e a diversidade cultural e linguística. Facilitar a mobilidade em toda a Europa é essencial para promover a colaboração artística e criativa, apoiar as oportunidades de progressão na carreira e assegurar a circulação das obras culturais.

---

6 Ver, por exemplo, o Relatório da Comissão sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026.

O Plano de Trabalho 2027-2030 baseia-se no trabalho coletivo realizado pela Europa até à data para proteger o estatuto dos artistas e assegurar uma remuneração justa dos artistas e dos profissionais dos setores culturais e criativos a nível nacional e regional. A fim de assegurar que haja continuidade, há que ter em conta as recomendações formuladas no relatório de 2023 sobre o método aberto de coordenação intitulado «*The status and working conditions of artists and cultural and creative professionals*» [Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação], nomeadamente fazendo balanços e partilhando boas práticas. O plano de trabalho deve também apoiar o aporte do Conselho para o desenvolvimento de futuras iniciativas estratégicas neste domínio, nomeadamente através de contributos atempados para a Carta dos Artistas da UE[7].

A precariedade do trabalho e as disparidades em termos de género e de representação continuam a ter impactos negativos no bem-estar dos artistas e dos profissionais dos setores culturais e criativos, havendo que continuar a dar resposta a estes impactos ao longo do período em causa. A melhoria de competências e a formação dos artistas e dos profissionais dos setores culturais e criativos – inclusive no que respeita às competências e artesanato tradicionais, bem como às novas tecnologias digitais – também ganharão mais importância, à medida que as mudanças tecnológicas e económicas continuarem a ter impacto nesses setores. Outras importantes preocupações dizem respeito, nomeadamente, à melhoria da educação cultural e artística e à literacia cinematográfica e mediática, através da aprendizagem formal, não formal e informal, no âmbito da aprendizagem ao longo da vida.

Além disso, o plano de trabalho visa prosseguir a cooperação a nível da UE no domínio da cultura e da saúde, promovendo o papel da cultura na promoção do bem-estar, da qualidade de vida, da saúde mental e social e da resiliência das comunidades. Tendo por base o relatório do método aberto de coordenação (MAC) de 2025 intitulado «*Culture and Health – Time to Act*» [Cultura e Saúde – É tempo de agir], esse trabalho apoiará a elaboração de orientações da UE em matéria de cultura, saúde e bem-estar[8].

---

7 Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

8 Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

c) Cultura, competitividade, resiliência, inovação, sustentabilidade e coesão

Os setores culturais e criativos europeus são fundamentais para a competitividade, o emprego e a inovação na União. No entanto, enfrentam desafios económicos e tecnológicos sem precedentes. Numa altura de considerável incerteza económica, inflação e pressão sobre os orçamentos nacionais, o Plano de Trabalho 2027-2030 deve promover o investimento estratégico nos setores culturais e criativos. A par da integração da cultura no financiamento público, incluindo os mecanismos de financiamento da União, poderá ser dada especial ênfase a abordagens de financiamento inovadoras, incluindo a filantropia, as parcerias público-privadas e outros mecanismos para mobilizar capital privado. Para aumentar a sensibilização para as oportunidades e reforçar a cooperação, será importante apoiar o desenvolvimento e intercâmbio de boas práticas em matéria de instrumentos de financiamento inovadores e envolver um vasto leque de partes interessadas em diferentes territórios, incluindo as regiões com limitações de capacidade e as regiões ultraperiféricas. Continua a ser essencial um investimento sustentável e previsível na cultura para salvaguardar a diversidade cultural e linguística, o património cultural, a liberdade artística e a resiliência a longo prazo dos setores culturais e criativos.

Durante o período 2027-2030, a Europa deve trabalhar para fazer face ao impacto da Inteligência Artificial (IA), em especial da IA generativa, nos setores culturais e criativos, equilibrando as oportunidades que esta oferece com as potenciais ameaças que apresenta. A IA pode ter impacto, nomeadamente, na criatividade humana, no emprego, na remuneração justa, nos modelos empresariais, na competitividade, na utilização dos dados, nos direitos de autor e direitos conexos, na transparência, na acessibilidade, na descobribilidade, na diversidade linguística e na proeminência dos conteúdos europeus. Para fazer face a estes impactos, é necessário modernizar as infraestruturas de direitos de autor[9]. Será fundamental manter um intercâmbio contínuo entre os Estados-Membros, apoiado por diálogos estratégicos e atividades de prospetiva estratégica e pela participação das partes interessadas, a fim de acompanhar a evolução neste domínio em rápido desenvolvimento, de identificar respostas estratégicas adequadas e de evitar a duplicação do trabalho realizado noutras instâncias preparatórias do Conselho, respeitando simultaneamente os domínios de especialização e competências. A estratégia de IA prevista para os setores culturais e criativos[10] apoiar-se-á em consultas com os Estados-Membros.

---

9 As infraestruturas de direitos de autor devem ser entendidas como «o conjunto de regras, tecnologias e instituições que definem as práticas de gestão de dados nas indústrias criativas.».

10 Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa assente na Estratégia de Aplicação da IA.

São necessárias novas ações coordenadas para melhorar a disponibilidade e a comparabilidade dos dados culturais europeus, melhorando o acompanhamento e a avaliação do impacto económico, ambiental e social dos setores culturais e criativos na economia e na sociedade em geral. O plano de trabalho deve contribuir para o desenvolvimento do Polo de Dados Culturais da UE[11] que está previsto.

O impacto persistente da crise climática nos setores da cultura e do património da Europa, bem como outros conflitos e crises de origem humana em curso, também exige uma resposta. A cultura e o património cultural devem continuar a estar presentes de forma adequada nas estratégias pertinentes e na cooperação transetorial no âmbito da abordagem da União em matéria de preparação, incluindo a Comunicação Conjunta sobre uma Estratégia para uma União da Preparação. Ao mesmo tempo, o plano de trabalho deve reforçar a cooperação em matéria de preparação, prevenção e gestão de riscos, adaptação às alterações climáticas a médio e longo prazo e resposta de emergência dos setores culturais e criativos, bem como de restauro e recuperação do património cultural. Deve promover a utilização da digitalização para preservar a cultura e o património, incluindo os arquivos audiovisuais.

O apoio à preservação, conservação, restauro e promoção do património cultural, tanto material como imaterial, incluindo o património cultural subaquático, continua a ser fundamental para fomentar uma identidade europeia partilhada, a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Os esforços para combater o tráfico de bens culturais e proteger o património cultural da destruição causada por catástrofes naturais, alterações climáticas, conflitos, roubos em instituições culturais e intervenções humanas exigem uma cooperação contínua, a partilha de conhecimentos e a sua integração em medidas mais amplas de preparação e resposta face a conflitos e crises.

---

[11] Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

Os setores culturais e criativos devem ser incentivados nos seus esforços para prosseguirem a sua transição ecológica e reforçarem a sua sustentabilidade, nomeadamente através de infraestruturas resilientes às alterações climáticas, de processos de produção sustentáveis e da redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Deve ser prestada especial atenção à qualidade do espaço edificado e ao papel do setor da arquitetura nessa matéria, em consonância com o Novo Bauhaus Europeu[12]. Os setores culturais e criativos devem também ser reconhecidos como motores de mudança que contribuem para promover a responsabilidade ambiental e a sustentabilidade. Neste contexto, o plano de trabalho deve basear-se nas recomendações do relatório MAC de 2025 intitulado *«Creative shifts: Empowering culture for sustainable living» [Mudanças Criativas: Capacitar a cultura para uma vida sustentável]*.

Além disso, o plano de trabalho deve promover a cooperação em matéria de elaboração de políticas em determinados subsetores culturais e criativos, como o audiovisual (incluindo o cinema, a televisão, os jogos de vídeo e as atividades multimédia), a música, as bibliotecas, a edição e o livro, a moda criativa e o design, a arquitetura e o património cultural, com vista a reforçar a competitividade, a resiliência, a inovação e a sustentabilidade.

[12] Também em consonância com o trabalho do grupo MAC de peritos dos Estados-Membros sobre o investimento numa arquitetura e num ambiente de vida de elevada qualidade para todos (2021).

d) Relações culturais internacionais e parcerias

O plano de trabalho deve centrar-se no papel da cultura na ação externa e na diplomacia da União, com base nas recomendações do relatório MAC sobre a governação das relações culturais internacionais intitulado «*From soft power to Deep Power: EU Governance of ICR in a Changing World» [Do «soft power» ao «deep power»: a governação da UE em matéria de relações culturais internacionais num mundo em mudança»].* As ações no âmbito do plano de trabalho devem apoiar uma abordagem coerente das relações culturais internacionais e assegurar a participação dos Estados-Membros na preparação e execução de uma abordagem estratégica da UE no que respeita a essas relações.

Uma maior colaboração com o Conselho da Europa, a UNESCO e outros parceiros multilaterais pertinentes pode promover a cooperação e evitar a duplicação de esforços relativamente às prioridades comuns. À luz das atuais instabilidades geopolíticas, deve ser dada especial atenção à proteção da cultura e do património cultural nas regiões afetadas por conflitos. Num momento em que prosseguem os ataques direcionados ao património cultural, às infraestruturas criativas e aos artistas na Ucrânia e em que os conflitos noutras partes do mundo continuam a afetar a vida cultural, os Estados-Membros devem manter uma resposta coordenada, em consonância com iniciativas como a abordagem Equipa Europa para o património cultural na Ucrânia e outras medidas pertinentes[13].

O documento final MONDIACULT 2025 apresenta um plano claro de ação coletiva a nível mundial para promover o papel da cultura no desenvolvimento sustentável e definir a agenda de desenvolvimento pós-2030. As ações no âmbito do plano de trabalho devem apoiar esta visão e proporcionar contributos comuns para os debates pertinentes, a fim de reforçar o papel da cultura como motor do desenvolvimento sustentável, nomeadamente fazendo avançar os trabalhos para a consecução destes objetivos na MONDIACULT 2029 e assegurando a participação noutros processos internacionais pertinentes.

---

[13] Ver, neste contexto, ponto 13 das Conclusões do Conselho Europeu de 18 e 19 de junho de 2026 (EUCO 8/26).

II. EXECUÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO

Com base na Declaração comum: «A Europa pela cultura – A cultura pela Europa», o Plano de Trabalho para a Cultura 2027-2030 identifica os desafios comuns dos Estados-Membros no domínio da política cultural e permite a cooperação e o intercâmbio entre os Estados-Membros. Tal inclui, nomeadamente, a definição das prioridades a considerar pelas Presidências do Conselho e com vista a contribuir para os debates a nível do Conselho. O plano de trabalho deve facilitar a participação estruturada e o contributo dos Estados-Membros para as principais ações emblemáticas delineadas na Bússola da Cultura.

O plano de trabalho define os temas a debater aos níveis adequados durante o período abrangido, bem como os principais temas a analisar regularmente a nível do grupo de trabalho no Comité dos Assuntos Culturais.

Define igualmente outras disposições para uma participação coordenada entre funcionários e peritos a nível da UE, incluindo atividades de aprendizagem interpares, exercícios de balanço e os grupos MAC.

Revisão e flexibilidade

É essencial manter a flexibilidade e a adaptabilidade nas disposições e na execução do Plano de Trabalho da UE para a Cultura, a fim de responder às necessidades dos setores culturais e criativos num clima político, social e económico difícil e em evolução. Por conseguinte, no final de cada trio de Presidências dentro do calendário do presente plano de trabalho, a Presidência em exercício facilitará um debate no Comité dos Assuntos Culturais a fim de fornecer, a título informal, informações atualizadas sobre as ações previstas no plano de trabalho. Esta revisão informal analisará os progressos alcançados e o impacto das ações empreendidas e poderá propor ajustamentos às ações subsequentes à luz dos resultados alcançados e/ou da evolução das políticas pertinentes a nível da UE ou a nível nacional.

Tal não impede que outras Presidências propiciem novas revisões informais, se tal for considerado adequado.

Integração horizontal

Continua a ser essencial uma maior coordenação e cooperação entre a política cultural e outras instâncias de elaboração de políticas da UE e a nível nacional. A integração da política cultural e a ação coordenada são essenciais para tirar partido do potencial da cultura para impulsionar o progresso da sociedade. Por conseguinte, o plano de trabalho procura reforçar a cooperação e a aprendizagem transetoriais com as instituições pertinentes, o que inclui a cooperação a nível de peritos, uma interação mais estreita entre várias instâncias preparatórias do Conselho e uma maior colaboração com as partes interessadas pertinentes.

III. AÇÕES

A. Diálogos estratégicos – A inteligência artificial e os setores culturais e criativos

Objetivo: apoiar a cooperação estratégica e o intercâmbio de informações sobre as oportunidades e os desafios que a inteligência artificial apresenta, incluindo a partilha da experiência adquirida com as medidas nacionais, bem como a orientação prática e o reforço das capacidades dos setores culturais e criativos, e contribuir para o desenvolvimento e a execução da futura Estratégia da UE para a IA nos setores culturais e criativos.

Justificação: A IA apresenta desafios e oportunidades significativos para os setores culturais e criativos. As principais questões identificadas pelos Estados-Membros incluem: o treino e utilização éticos, sustentáveis, responsáveis e centrados no ser humano da inteligência artificial; o respeito dos direitos de autor e dos direitos conexos; a transparência na utilização de conteúdos protegidos; o emprego e as condições de trabalho; a remuneração justa nos setores culturais e criativos; a diversidade cultural e linguística; o impacto da IA na prática criativa, bem como os dados culturais enquanto recurso para a IA e a inovação. Embora algumas destas matérias estejam a ser tratadas através de outras iniciativas estratégicas, muitas questões relacionadas com a IA devem ser tidas em conta na futura estratégia para a IA nos setores culturais e criativos. Paralelamente, o plano de trabalho 2027-2030 propõe uma série de diálogos estratégicos específicos para abordar as diferentes questões emergentes relacionadas com a IA e os setores culturais e criativos e para apoiar a criatividade, a inovação e a diversidade centradas no ser humano na era da IA. Tendo em conta o ritmo acelerado da evolução da IA, estabelecer durante o período do plano de trabalho diálogos estratégicos que sejam flexíveis mas regulares pode proporcionar uma estrutura reativa para a realização de intercâmbios e intervenções específicos e ágeis sobre questões de IA que sejam de atualidade.

Os ensinamentos, as boas práticas e as recomendações dos diálogos estratégicos devem servir de base para os debates políticos e a nível de peritos. A lista completa dos temas específicos deve ser flexível, de modo a poder dar resposta a questões emergentes.

Entre outros temas indicativos podem estar incluídos os seguintes:

1. A IA e a diversidade cultural e linguística

Objetivo: ponderar medidas que abordem o impacto da IA na diversidade cultural e linguística, na participação na vida cultural no ambiente digital, na acessibilidade e na descobribilidade de diversos conteúdos europeus.

Resultados esperados: sugestões, ideias e recomendações sobre a forma de proteger e reforçar a diversidade cultural em linha e de promover a participação das línguas regionais e minoritárias nos sistemas de IA, bem como questões relacionadas com a acessibilidade e a descobribilidade de conteúdos diversificados. As conclusões devem ter por base e complementar o desenvolvimento de uma estratégia mais vasta para a IA e os setores culturais e criativos, e contribuir para os debates em curso a nível mundial nas instâncias internacionais de política cultural, incluindo os realizados no âmbito da Convenção da UNESCO de 2005.

2. A IA e o emprego nos setores culturais e criativos

Objetivo: analisar o potencial impacto nos despedimentos, na transformação dos postos de trabalho e no emprego nos setores culturais e criativos, nas condições de trabalho, na remuneração justa, na criatividade humana, nas necessidades de competências, no pensamento crítico e na literacia em IA.

Resultados esperados: análise pelos pares e recolha de dados sobre o impacto da IA no mercado de trabalho e análise das novas respostas estratégicas.

3. Outras questões emergentes no domínio da IA

A eventual realização de diálogos estratégicos adicionais sobre a IA e os setores culturais e criativos poderá servir para facilitar o intercâmbio de informações sobre outras questões emergentes, nomeadamente em relação a iniciativas pertinentes adotadas a nível nacional, bem como sobre as principais prioridades de ação identificadas na Estratégia da UE para a IA nos setores culturais e criativos. Os temas possíveis poderão incluir:

- a educação artística, as competências e a formação na era da IA;
- as respostas setoriais ao impacto da IA (incluindo o impacto da IA no setor audiovisual, nos jogos de vídeo, na música, no design, na edição e no setor livreiro europeu, nas bibliotecas, nos museus e no património cultural, entre outros);
- as oportunidades e boas práticas na utilização da IA para a criatividade, a produção cultural, a divulgação e o acesso à cultura;
- os dados culturais enquanto recurso para a IA e a inovação que reflita os valores europeus e promova a diversidade cultural e linguística.

B. Atividades de aprendizagem interpares / seminários

i) Atividades de aprendizagem interpares

O relatório da Comissão sobre o Plano de Trabalho 2023-2026 salientou o interesse dos Estados-Membros numa maior utilização das atividades de aprendizagem interpares. Estes intercâmbios voluntários a nível de peritos, liderados pelos Estados-Membros, proporcionam um quadro prático para os países participantes partilharem experiências, compararem abordagens estratégicas e identificarem boas práticas. Quando adequado, as atividades de aprendizagem interpares podem dar lugar a relatórios de síntese e recomendações práticas. As atividades de aprendizagem interpares devem continuar a ser flexíveis e responder aos desafios emergentes. Podem abranger os seguintes aspetos:

- *Estatuto dos artistas e dos profissionais da cultura*: intercâmbio de experiências sobre temas com impacto nos setores culturais e criativos, como as condições de trabalho, a remuneração justa, as disparidades de género e de representação, os obstáculos à mobilidade transfronteiriça ou o seguimento dado às recomendações MAC anteriores[14].

- *Moda criativa*: intercâmbio de boas práticas sobre os desafios estruturais que a moda criativa enfrenta enquanto setor cultural e criativo distinto, incluindo a transição para a sustentabilidade, o acesso ao financiamento, as competências e a transmissão do saber-fazer artesanal.

- *Preservação a longo prazo do património cultural digital*: intercâmbio de boas práticas, com possibilidade de desenvolver soluções e ferramentas comuns para a preservação transfronteiriça a longo prazo, na UE, de diversas formas de património cultural digital, incluindo, entre outros, o património audiovisual, textual, visual e arquitetónico, com o objetivo de reforçar a preparação e a resiliência, incluindo a ciber-resiliência, nos setores culturais e criativos.

---

[14] «*The status and working conditions of artists and cultural and creative professionals*» [Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação], Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros (2023).

- *Acesso à cultura e participação cultural*: intercâmbio de boas práticas para apoiar o acesso e a participação na cultura e no património cultural, em especial para os grupos sub-representados, as pessoas com deficiência, os jovens e os idosos, e as pessoas que vivem em zonas rurais e remotas.

Outros possíveis temas para as atividades de aprendizagem interpares poderiam incluir: a educação cultural e artística, incluindo a educação cinematográfica; os artistas em risco; a resiliência democrática e a memória europeia; o património vivo, o artesanato tradicional e o património cultural imaterial; as bibliotecas, a edição e o setor livreiro europeu; o design, a arquitetura e os ambientes de vida de elevada qualidade; o setor audiovisual e cinematográfico; o setor da música; o tráfico de bens culturais; e o património cultural subaquático.

ii) Seminários

Os «seminários» são intercâmbios liderados pela Comissão que reúnem Estados-Membros, peritos e partes interessadas, se for caso disso. Os seminários podem abranger os seguintes aspetos:

- *Cultura e saúde*: intercâmbio de boas práticas sobre a cooperação em curso entre os setores da cultura e da saúde e bem-estar, incluindo contributos para as futuras orientações da UE em matéria de cultura, saúde e bem-estar[15].

[15] Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

C. Grupos de peritos do método aberto de coordenação (MAC)

Objetivo: facilitar a cooperação estruturada entre peritos e o desenvolvimento de recomendações práticas para a elaboração de políticas a nível da União e, se for caso disso, a nível nacional.

i) *Desbloquear o financiamento da cultura: estimular o investimento nos setores culturais e criativos*

Justificação: o financiamento adequado da cultura é fundamental para garantir um setor cultural mais forte e mais competitivo. No entanto, os orçamentos da cultura estão sob pressão constante em toda a Europa.

Objetivo: este grupo MAC examinará o financiamento da cultura e elaborará recomendações dirigidas aos Estados-Membros e às instituições da UE sobre a forma de continuar a estimular a utilização de instrumentos de financiamento inovadores, incentivar e gerir fontes e mecanismos de financiamento e cooperação privados, filantrópicos e outros, em conformidade com o princípio da subsidiariedade. Tal inclui a análise da forma como os setores culturais e criativos podem ser reforçados através da criação de um ambiente propício a um maior financiamento, e da forma como as instituições culturais e os profissionais do setor da cultura podem gerir melhor o seu desenvolvimento e fazer face a quaisquer riscos conexos. O grupo MAC analisará igualmente a forma como o financiamento da cultura pode ser integrado horizontalmente em vários instrumentos de financiamento, permitindo que a cultura beneficie da investigação, das empresas, da mobilidade, do desenvolvimento internacional e de outros fatores. O grupo MAC deve reunir peritos em política cultural e peritos em mecanismos de financiamento públicos e privados. Deve igualmente ter em conta o trabalho emergente da UNESCO sobre a elaboração de orientações e recomendações para o financiamento da cultura, nomeadamente convidando peritos pertinentes da UNESCO a participarem no grupo.

Este novo grupo MAC procurará analisar e tomar por base as conclusões e recomendações do relatório de 2015 intitulado «*Towards More Efficient Financial Ecosystems: Innovative Instruments to Facilitate Access to Finance for the Cultural and Creative Sectors*» [Rumo a ecossistemas financeiros mais eficientes: instrumentos inovadores facilitadores do acesso ao financiamento por parte dos setores culturais e criativos]. Basear-se-á igualmente nos ensinamentos e recursos desenvolvidos no âmbito do projeto «*Creative FLIP (Finance, Learning, Innovation and Intellectual Property Rights for the CCSI)*» [Creative FLIP (Financiamento, Aprendizagem, Inovação e Direitos de Propriedade Intelectual para as indústrias e setores culturais e criativos)].

O exercício MAC contribuirá para fundamentar as «orientações da UE sobre o investimento estratégico na cultura»[16] que estão previstas, e explorará instrumentos de investimento inovadores para atrair capital privado, incluindo filantropia, em cooperação com as instituições financeiras pertinentes.

Resultados esperados: um relatório de peritos que apresente as principais recomendações para integrar a cultura nos mecanismos de financiamento transversais e desenvolver um ambiente propício ao financiamento público e privado da cultura.

ii) Cultura e património na preparação e resposta a situações de crise e catástrofes

Justificação: num contexto geopolítico mundial cada vez mais volátil, a cultura e o património estão, com demasiada frequência, na linha da frente dos conflitos e da instabilidade. Estes ataques podem assumir muitas formas, incluindo o ataque direto a infraestruturas culturais e sítios do património cultural. A guerra de agressão em curso da Rússia contra a Ucrânia tem continuado a evidenciar a destruição seletiva da cultura e do património como uma tática deliberada de guerra cultural, concebida para minar e destruir a identidade cultural. A intensificação, impulsionada pela crise climática, dos fenómenos meteorológicos extremos, incluindo inundações, vagas de calor e incêndios florestais, também apresenta riscos significativos de ocorrência de situações de emergência em sítios culturais e patrimoniais em toda a União e exige reflexão, análise e ações de preparação transetoriais concretas e coordenadas antes desses fenómenos. Além disso, os roubos em museus e noutras instituições culturais constituem uma ameaça crescente à integridade do património cultural em vários Estados-Membros.

---

16 Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

Objetivo: A Europa aprendeu com a sua resposta às crises recentes que as ações da UE podem complementar as iniciativas bilaterais tomadas pelos Estados-Membros e fornecer um contributo valioso e um modelo para a preparação para situações de crise, a gestão dos riscos e a resposta a situações de emergência nos setores da cultura e do património. O MAC deve ponderar mecanismos de alerta precoce e de resposta imediata, a proteção, conservação e restauro da cultura e do património, bem como boas práticas em matéria de medidas de segurança contra os roubos em museus e noutras instituições culturais. Iniciativas como a abordagem Equipa Europa para o património cultural na Ucrânia, que respondem aos ataques à cultura, e a inclusão da proteção do património cultural nos quadros de proteção civil da União proporcionam uma abordagem coordenada, eficaz e modulável. A Estratégia da UE para uma União da Preparação propõe uma série de ações que seguem uma abordagem que abrange todos os riscos, toda a sociedade e todo o governo. Reunindo peritos em política cultural e do património e peritos em preparação e resposta a situações de crise e catástrofes, este MAC procurará formular recomendações para um modelo dinâmico, reativo e eficaz de coordenação da resposta da UE às ameaças ao património cultural comum, tendo simultaneamente em conta os quadros e instrumentos existentes a nível da UE em matéria de preparação e resposta a situações de crise e catástrofe. O MAC deve abordar a preparação para situações de crise e de catástrofe, a gestão dos riscos e as respostas de emergência para o património cultural tanto material como imaterial, tendo simultaneamente em conta as tecnologias de preservação digital, quando adequado.

Resultados esperados: um relatório de peritos que apresente as principais recomendações e instrumentos para a preparação para situações de crise e de catástrofes e a gestão dos riscos em matéria de património cultural, a fim de desenvolver uma abordagem mais estratégica, rápida, eficaz e reativa para salvaguardar a cultura e o património material e imaterial.

iii) Liberdade artística: reforçar as capacidades para garantir a liberdade artística

Justificação: tendo em conta o papel da cultura e das artes na defesa dos valores europeus e da resiliência democrática, o reforço da liberdade artística reveste-se de especial importância. A liberdade artística permite a expressão, o diálogo e a participação cívica livres e pluralistas. Além disso, em consultas com os Estados-Membros e as partes interessadas dos setores culturais e criativos, a liberdade artística foi identificada no plano de trabalho como uma das principais preocupações, estando os artistas e os profissionais da cultura cada vez mais sujeitos a pressões diretas e indiretas.

Objetivo: este exercício do MAC deve reunir peritos em política cultural, direitos humanos ou política da justiça, em cooperação com representantes de organizações internacionais relevantes, incluindo o Conselho da Europa e a UNESCO, que já elaboram relatórios, realizam levantamentos e definem normas em matéria de políticas neste domínio. O MAC deve facilitar o intercâmbio sobre quadros, iniciativas e boas práticas existentes a nível nacional e multilateral e estudar medidas para garantir a liberdade artística e promover ambientes propícios à criação artística. O MAC deve analisar as abordagens já existentes em matéria de acompanhamento e prestação de informações sobre a liberdade artística a nível nacional, europeu e internacional e identificar lacunas que impeçam o desenvolvimento de respostas estratégicas eficazes para proteger a liberdade artística. Esse trabalho deve procurar complementar e evitar a duplicação das iniciativas existentes levadas a cabo pelo Conselho da Europa, pela UNESCO, pelas organizações pertinentes da sociedade civil e pelo meio académico. O grupo MAC deve também ponderar a forma como as ações do Conselho no domínio da liberdade artística podem proporcionar valor acrescentado e contribuir para os objetivos mais vastos da política cultural, incluindo a elaboração dos relatórios sobre o estado da cultura[17].

Resultados esperados: um relatório de peritos que se baseie nas abordagens e quadros internacionais existentes, em especial os do Conselho da Europa e da UNESCO, descreva boas práticas e possíveis recomendações para o reforço das capacidades com vista a garantir e reforçar a liberdade artística e que identifique oportunidades para futuras iniciativas conjuntas com o Conselho da Europa e a UNESCO.

[17] Uma iniciativa da Comissão no âmbito da Bússola da Cultura para a Europa.

D. Redes e intercâmbios de peritos

i) Polo de Dados Culturais da UE

Justificação: são necessários trabalhos contínuos para desenvolver as capacidades de recolha de dados, de investigação e de monitorização no domínio da cultura em toda a União. A Declaração Comum estabelece o compromisso coletivo de «promover iniciativas destinadas a melhorar a disponibilidade de dados sólidos e comparáveis sobre a cultura, a fim de apoiar o desenvolvimento de políticas culturais baseadas em dados concretos». Neste contexto, a Comissão comprometeu-se a desenvolver um novo polo de dados culturais da UE.

Objetivo: proporcionar um fórum para os Estados-Membros e a Comissão partilharem boas práticas, testarem ideias e colmatarem lacunas na aferição dos setores culturais e criativos a nível da UE, juntamente com peritos neste domínio, a fim de reforçar a coerência e harmonizar os trabalhos sobre os dados culturais, conforme adequado. As atividades da rede complementarão o trabalho existente no que toca às estatísticas oficiais e devem apoiar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos, inclusive através do intercâmbio voluntário de práticas em matéria de métricas comuns, interoperabilidade e governação responsável dos dados. As atividades conexas devem também ser utilizadas no desenvolvimento do Polo de Dados Culturais da UE. Antes do início das atividades da rede, os seus objetivos e o seu mandato devem ser debatidos no Comité dos Assuntos Culturais.

Resultados esperados: uma rede de peritos dos Estados-Membros que trabalhem a nível bilateral ou multilateral, numa base voluntária e *ad hoc*, nas métricas e na análise da cultura e dos setores culturais e criativos.

ii) Reuniões de altos funcionários sobre relações culturais internacionais

Justificação: Tomando em consideração as recomendações do grupo MAC sobre a governação das relações culturais internacionais, podem ser realizadas como prerrogativa da Presidência, de seis em seis meses e numa base voluntária, reuniões de altos funcionários sobre as relações culturais internacionais. Em alternativa, pode ser constituído um comité informal de apoio às reuniões de altos funcionários composto por Estados-Membros interessados que ajude a garantir a continuidade entre essas reuniões, organizando encontros e facilitando o planeamento prospetivo dos temas e das ordens do dia. Este comité deve incluir peritos no domínio da cultura e das relações externas dos Estados-Membros interessados e dos serviços da Comissão e do SEAE, consoante o caso, oriundos tanto do setor da cultura como dos assuntos externos, a fim de refletir o domínio de ação comum das relações culturais internacionais.

Resultados esperados: Reuniões regulares para apoiar a continuidade, o planeamento estratégico e a coordenação das políticas em matéria de relações culturais internacionais.

E. Seguimento dado a MAC anteriores

Um dos principais ensinamentos retirados do Plano de Trabalho 2023-2026 foi a necessidade de as redes desenvolvidas pelos grupos MAC continuarem a funcionar sem ser no contexto dos relatórios MAC e de permitirem um empenhamento contínuo de modo a incentivarem a aplicação das recomendações[18]. O plano de trabalho 2027-2030 procurará assegurar a continuidade e a concretização dos objetivos temáticos dos recentes exercícios MAC através de ações que poderão incluir: i) exercícios de balanço, ii) trocas informais de pontos de vista no Comité dos Assuntos Culturais para partilhar informações atualizadas sobre a aplicação das recomendações a nível nacional e da UE; e iii) a integração das recomendações dos exercícios MAC noutros processos de desenvolvimento de políticas.

F. Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais

Objetivo: para temas relacionados com a cultura abordados noutras instâncias preparatórias do Conselho, ou externamente, as «apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais» podem proporcionar um espaço para a partilha de ideias e de novas informações sobre questões pertinentes. A lista de temas poderia incluir, a título indicativo:

- *Ucrânia: cultura, património cultural e recuperação*

Trocas de pontos de vista no quadro do Comité dos Assuntos Culturais sobre a abordagem Equipa Europa e outras medidas de apoio para avaliar e identificar necessidades e oportunidades adicionais de cooperação na prestação de apoio à Ucrânia nos domínios da cultura e do património.

- *Direitos culturais, democracia cultural e artes socialmente empenhadas: partilha das melhores práticas*

Debate no Comité dos Assuntos Culturais com o contributo das partes interessadas internacionais pertinentes, incluindo a relatora especial das Nações Unidas para os Direitos Culturais.

---

18 Ver o Relatório da Comissão sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026.

- *Competitividade e dimensões culturais do setor europeu dos jogos de vídeo*

Troca de pontos de vista numa eventual reunião conjunta do Comité dos Assuntos Culturais e do Grupo dos Média e do Audiovisual.

- *Política de arquitetura, um ambiente de vida de elevada qualidade para todos e o Novo Bauhaus Europeu*

Troca de pontos de vista numa eventual reunião conjunta do Comité dos Assuntos Culturais e do Grupo do Ambiente, com o contributo de outras partes interessadas pertinentes, como a rede de diretores europeus das Políticas Arquitetónicas (EDAP).

- *Direitos de autor – apresentações por outros grupos de trabalho*

Troca de pontos de vista numa eventual reunião conjunta do Comité dos Assuntos Culturais e do Grupo da Propriedade Intelectual (Direitos de Autor).

- *Cultura, história e memória europeias*

Troca de pontos de vista no Comité dos Assuntos Culturais para incluir as partes interessadas relevantes em assuntos internacionais, os organismos pertinentes da UE ou outros intervenientes.

A lista acima não impede as Presidências de abordarem outros temas pertinentes, se considerado adequado.

G. Outras ações

Em consonância com os anteriores planos de trabalho da UE para a cultura, continuará a contar-se com o contributo de conferências, seminários, estudos e outras ações para a execução do plano de trabalho e para refletir sobre temas prioritários.

Embora mantendo a necessidade de flexibilidade e a capacidade de resposta no âmbito do presente plano de trabalho, os temas indicativos para as iniciativas lideradas pela Presidência e os possíveis resultados do Conselho poderão incluir:

- o contributo das bibliotecas e dos meios de comunicação social para a resiliência da sociedade;
- a salvaguarda do património cultural e a luta contra o tráfico;
- as relações culturais internacionais;
- as competências e as profissões culturais em tempos de transição;
- os direitos de autor e a cultura;
- o património cultural imaterial;
- um ecossistema cultural poderoso para uma sociedade resiliente e saudável;
- o papel da cultura no reforço do bem-estar, da participação cívica e da resiliência das comunidades;
- o património cultural subaquático;
- a cultura e o turismo sustentável.

Calendário indicativo do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2027-2030

	2027		2028		2029		2030	
	S1	**S2**	**S1**	**S2**	**S1**	**S2**	**S1**	**S2**
A. Reforço dos valores europeus, dos direitos culturais e da liberdade artística								
Liberdade artística			MAC					
Acesso à cultura			Atividades de aprendizagem interpares (*event*.)					
Bibliotecas e instituições culturais	Conferência: Contributo das bibliotecas e dos meios de comunicação social para a resiliência da sociedade e a participação cívica	Conferência: Bibliotecas públicas, cultura de leitura e literacia: perspetivas europeias e iniciativas gregas				Balanço		
Direitos culturais					Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais (*event.*)			
B. Capacitação dos artistas e dos profissionais da cultura e apoio às pessoas e à sociedade								
Cultura e saúde		Conferência sobre prescrição cultural	Seminários (*event.*)	Conferência e conclusões do Conselho (*event*.)				

Estatuto e condições de trabalho							Balanço (*event*.)	
Competências e formação			Conferência: Competências preparadas para o futuro com vista a reforçar os ecossistemas cultural, patrimonial e criativo					
Bem-estar, participação cívica e resiliência das comunidades								Conferência e conclusões (*event*.)
C. Cultura, competitividade, resiliência, inovação, sustentabilidade e coesão								
Financiamento da cultura	MAC							
			Conferência sobre os mecanismos de financiamento					
Preparação para situações de crise e catástrofes				MAC				
Dados culturais			Rede de peritos					

Inteligência artificial		Conferência sobre a relação entre a IA, a propriedade intelectual e as condições de emprego no setor cultural Conferência sobre a utilização da IA, com vista à preservação e promoção do património cultural	Comité dos Assuntos Culturais: Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais (IA e direitos de autor)	Diálogo estratégico (*event.*)		Diálogo estratégico (*event.*)	Conferência e conclusões do Conselho (*event*.)	
Património cultural e clima		Reunião ministerial informal Conferência sobre a economia azul e a promoção dos sítios arqueológicos subaquáticos	Conferência sobre os museus e o património cultural enquanto motores de proteção, regeneração e resiliência					Balanço (*event*.)
Intercâmbios setoriais (audiovisual, música)			Comité dos Assuntos Culturais: Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais (*event.*) Conferência sobre património cinematográfico e educação cinematográfica	Comité dos Assuntos Culturais: Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais (*event.*)				

Política arquitetónica	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas Conferência europeia sobre políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas Conferência europeia sobre políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas Comité dos Assuntos Culturais: Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais (*event.*)	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas Conferência europeia sobre políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas	Reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas Conferência europeia sobre políticas arquitetónicas
Competitividade dos setores culturais e criativos	Conferência: Repensar a competitividade da UE: como podem contribuir as indústrias culturais e criativas							
D. Relações culturais internacionais e parcerias								
Tráfico		Conferência sobre o tráfico de bens culturais e o tráfico de obras de arte falsas						
Ucrânia	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa Comité dos Assuntos Culturais: Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais (*event.*)	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa	Abordagem Equipa Europa

Relações culturais internacionais	Reunião de altos funcionários (*event.*)	Reunião de altos funcionários (*event.*)	Reunião de altos funcionários (*event.*) Conferência sobre o reforço da cooperação cultural em todo o Mediterrâneo	Reunião de altos funcionários (*event.*)	Reunião de altos funcionários (*event.*) Balanço (*event*.)	Reunião de altos funcionários (*event.*)	Reunião de altos funcionários (*event.*)	Reunião de altos funcionários (*event.*)

Orientações relativas aos métodos de trabalho

Princípios gerais

- As ações no âmbito do plano de trabalho devem ser executadas de forma flexível e em conformidade com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.
- A participação é voluntária e, se for caso disso, baseada em nomeações feitas pelos Estados-Membros.
- As ações no âmbito do plano de trabalho não podem aumentar indevidamente os encargos administrativos para os Estados-Membros, a Comissão e as partes interessadas.
- A Comissão pode apoiar a execução do plano de trabalho, disponibilizando conhecimentos especializados e, se for caso disso, apoio logístico ou financeiro.
- Quando pertinente, os resultados das ações realizadas no âmbito do plano de trabalho podem ser apresentados ao Conselho ou às suas instâncias preparatórias.
- As ações no âmbito do plano de trabalho podem contribuir para a elaboração de futuras políticas e recomendações.
- As Presidências, os Estados-Membros e a Comissão devem procurar assegurar a coerência entre as ações no âmbito do presente plano de trabalho e outras iniciativas pertinentes.
- Se for caso disso, após a execução de uma ação, será apresentado um relatório sobre os seus resultados.

Diálogos estratégicos

- Os diálogos estratégicos serão organizados pela Comissão, desde que estejam reunidas as condições orçamentais, embora cada Estado-Membro ou as Presidências possam propor um tema específico ou organizar diálogos ou eventos adicionais, nomeadamente em relação a iniciativas pertinentes adotadas a nível nacional.

- Os diálogos estratégicos devem reunir decisores políticos, peritos e, se for caso disso, partes interessadas pertinentes.

Atividades de aprendizagem interpares / seminários

- As atividades de aprendizagem interpares incluem intercâmbios voluntários entre pares liderados pelos Estados-Membros e proporcionam um formato flexível para os Estados--Membros partilharem boas práticas e experiências.

- Um Estado-Membro ou um grupo de Estados-Membros interessados pode, se o considerar necessário, propor a organização e o financiamento de uma atividade de aprendizagem interpares. Se estiverem reunidas as condições orçamentais, a Comissão pode conceder apoio financeiro.

- Os seminários são intercâmbios liderados pela Comissão que reúnem Estados-Membros, peritos e partes interessadas.

Método aberto de coordenação (MAC)

- O MAC proporciona um quadro para a cooperação, o intercâmbio e a partilha de boas práticas entre os Estados-Membros sobre determinados temas de interesse comum e permite a elaboração de recomendações não vinculativas.

- O mandato do MAC será finalizado no Comité dos Assuntos Culturais – com o contributo de outros grupos de trabalho, se for caso disso – com base num projeto de mandato proposto pela Comissão.

- O mandato pode propor que se convidem terceiros, incluindo países terceiros, para um grupo MAC.

- Na sua primeira reunião, cada grupo MAC será responsável pela nomeação do seu presidente ou copresidentes.

- Em função do tema, o grupo MAC poderá ser incentivado a formar grupos de discussão mais pequenos e a recorrer a métodos participativos, se for caso disso.

Redes e intercâmbios de peritos

- Pode recorrer-se a redes e intercâmbios de peritos quando sejam necessárias uma cooperação, uma partilha de informações ou uma coordenação contínuas.

- Os Estados-Membros e a Comissão, conforme adequado, nomeiam os peritos pertinentes para estas redes e intercâmbios.

Seguimento dado a MAC anteriores

- Se for caso disso, podem ser organizados exercícios de balanço, trocas de pontos de vista ou outras atividades de seguimento sobre temas abordados nos MAC no âmbito do plano de trabalho 2023-2026 ou dos planos de trabalho anteriores.

- Estes exercícios devem avaliar as lacunas na execução, identificar as responsabilidades de seguimento e estabelecer conexões com o futuro desenvolvimento das políticas da UE e nacionais.

Apresentações de oradores convidados / trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais

- Podem ser organizadas apresentações de oradores convidados ou trocas de pontos de vista orais no quadro do Comité dos Assuntos Culturais para facilitar os debates sobre questões emergentes e novos desenvolvimentos em domínios de ação relacionados com a cultura.

- Essas trocas de pontos de vista podem incluir contributos de peritos externos e de partes interessadas, bem como de representantes de outras instâncias preparatórias competentes do Conselho, em conformidade com o Regulamento Interno do Conselho.

ANEXO IV AO ANEXO

Principais referências políticas

- Declaração de Cáceres (Espanha, 2023)
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (JO C 326 de 26.10.2012)
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Bússola da Cultura para a Europa (2025)785 (COM(2025) 785 final)
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o Plano de Ação da UE para Combater o Tráfico de Bens Culturais (COM(2022) 800 final)
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Plano de Ação para um Continente da IA (COM(2025) 165 final)
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Tirar pleno partido do potencial de inovação da UE: Um plano de ação em matéria de propriedade intelectual para apoiar a recuperação e resiliência da UE (COM(2020) 760 final)

– Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Nova Agenda para a Cultura (COM(2018) 267 final)

– Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Novo Bauhaus Europeu: Beleza, Sustentabilidade, Inclusividade (COM (2021) 573 final)

– Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o plano de ação para a democracia europeia (COM(2020) 790 final)

– Conclusões do Conselho sobre a avaliação do quadro jurídico aplicável aos serviços de comunicação social audiovisual e aos serviços de plataformas de partilha de vídeos (JO C, C/2025/2954, 26.5.2025)

– Conclusões do Conselho sobre artistas em situação de risco e deslocados (JO C, 185/39, 26.5.2023)

– Conclusões do Conselho sobre governação cultural (JO C, 393/8, 19.12.2012)

– Conclusões do Conselho sobre a cultura, a arquitetura e o espaço edificado de elevada qualidade enquanto elementos fundamentais da iniciativa Novo Bauhaus Europeu (JO C, 2021/C 501 I/03, 13.12.2021)

– Conclusões do Conselho sobre a capacitação dos setores culturais e criativos através do desenvolvimento de públicos baseado em dados (JO C, C/2024/3542, 31.5.2024)

– Conclusões do Conselho sobre o reforço da dimensão cultural e criativa do setor europeu dos jogos de vídeo (JO C, C/2023/1345, 30.11.2023)

– Conclusões do Conselho sobre a abordagem da UE relativamente ao património cultural em situações de conflito e de crise (doc. 9837/21)

– Conclusões do Conselho sobre a melhoria e a promoção do acesso à cultura (JO C, C/2024/7446, 13.12.2024)

– Conclusões do Conselho sobre o apoio a jovens artistas e profissionais dos setores culturais e criativos em início de carreira (JO C, C/2025/3165, 4.6.2025)

– Conclusões do Conselho sobre o papel estratégico da cultura, do património cultural e das obras audiovisuais na defesa dos valores europeus e da resiliência democrática (JO C, C/2025/6562, 10.12.2025)

– Convenção do Conselho da Europa para a Proteção do Património Arqueológico da Europa (revista) (Convenção de Valeta, 1992)

– Convenção do Conselho da Europa para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (Convenção de Granada, 1985)

– Convenção do Conselho da Europa sobre Infrações em matéria de Bens Culturais (Convenção de Nicósia, 2017)

– Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (Convenção de Faro, 2005)

– Convenção do Conselho da Europa sobre a Paisagem (Convenção de Florença, 2000)

– Resolução do Conselho sobre o plano de trabalho da UE para a cultura 2023-2026 (JO C, 2022/C 466/01, 7.1.2022)

– Declaração de Davos intitulada «Rumo a uma cultura de construção de qualidade para a Europa» (Suiça, 2018)

– Estratégia da UE para Combater o Antissemitismo e Apoiar a Vida Judaica (2021-2030) (adotada em 5 de outubro de 2021)

– Estudo da Comissão Europeia, «*The status and working conditions of artists and cultural and creative professionals*», [Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação], relatório final, 2020 https://culture.ec.europa.eu/resources/document-library/the-status-and-working-conditions-of-artists-and-cultural-and-creative-professionals-0

– Estudo da Comissão Europeia, «*Study on the discoverability of diverse European cultural content in the digital environment*», [Estudo sobre a descobribilidade de conteúdos culturais europeus diversificados no ambiente digital], relatório final, 2026 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/34da2669-32b4-11f1-be39-01aa75ed71a1

– Relatório da Comissão Europeia sobre a proteção social dos artistas intitulado «*Mutual learning on inclusive social protection for artists and creative workers*» [Aprendizagem mútua sobre a proteção social inclusiva dos artistas e dos trabalhadores do setor da criação], maio de 2025
https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/social-protection-social-inclusion/mutual-learning-inclusive-social-protection-artists-and-creative-workers-2025-05-06_en

– Agenda Estratégica do Conselho Europeu 2024-2029 (EUCO 15/24).

– Estudo da Autoridade Europeia do Trabalho, publicado em dezembro de 2024
https://www.ela.europa.eu/en/news/creative-sectors-ela-study-reveals-precarious-working-conditions-and-undeclared-labour

– Resolução do Parlamento Europeu, de 21 de novembro de 2023, que contém recomendações à Comissão sobre um regime da UE para a situação social e profissional de artistas e trabalhadores dos setores cultural e criativo (2023/2051(INL))

– Estudo do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, «*EU framework for the social and professional situation of artists and workers in the cultural and creative sectors*» [Regime da UE para a situação social e profissional de artistas e trabalhadores dos setores cultural e criativo], novembro de 2023
https://www.europarl.europa.eu/thinktank/fr/document/EPRS_STU(2023)747426

– Plano Estratégico do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia para 2030, «*The EUIPO's DNA, a robust, inclusive, diverse and sustainable IP ecosystem that works for all*» [O ADN do EUIPO, um ecossistema de propriedade intelectual sólido, inclusivo, diversificado e sustentável que funcione para todos]

– Europol, «*Changing tactics, changing targets: the evolving nature of museum heists*» [Mudança de táticas, mudança de alvos: a natureza evolutiva dos assaltos a museus], série de relatórios Europol Spotlight, Serviço das Publicações da União Europeia, 2026

– Declaração de KwaDukuza do G20 (África do Sul, 2025)

– Declaração de Roma dos ministros da Cultura do G20 e Declaração dos Dirigentes do G20 (Roma, 2021)

– Declaração de Salvador da Bahia dos ministros da Cultura do G20 (Brasil, 2024)

– Publicação do ICOMOS intitulada «*European quality principles for EU-funded interventions with potential impact upon cultural heritage: revised edition*» [Princípios europeus de qualidade para intervenções financiadas pela UE com potencial impacto no património cultural: edição revista], novembro de 2020

– Relatório da OIT de 2023 intitulado «*The Future of Work in the Arts and Entertainment Sector*», [O futuro do trabalho no setor das artes e do entretenimento], Organização Internacional do Trabalho
https://www.ilo.org/publications/future-work-arts-and-entertainment-sector

– Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Escudo Europeu da Democracia: capacitar democracias fortes e resilientes (JOIN(2025) 791 final)

– Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para uma União da Preparação (JOIN(2025) 130 final)

– Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Para uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais (JOIN(2016) 29 final)

– Declaração comum – «A Europa pela Cultura – A Cultura pela Europa», 2026 (JO C, C/2026/3440, 25.6.2026)

– MONDIACULT 2025, Compromisso dos ministros da Cultura – Documento final (Barcelona, 1 de outubro de 2025)

– Carta do Porto Santo – A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia (2021)

– Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais) (JO L 277 de 27.10.2022, p. 1)

– Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial e que altera os Regulamentos (CE) n.º 300/2008, (UE) n.º 167/2013, (UE) n.º 168/2013, (UE) 2018/858, (UE) 2018/1139 e (UE) 2019/2144 e as Diretivas 2014/90/UE, (UE) 2016/797 e (UE) 2020/1828 (Regulamento da Inteligência Artificial) (JO L, 2024/1689)

– Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 (COM(2026) 337 final)

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Culture and Health, Time to Act*» [Cultura e Saúde – É tempo de agir], 2025 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/be89805d-9cf8-11f0-97c8-01aa75ed71a1/language-en

– Relatório do Grupo Mac (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Creative Shifts: Empowering culture for sustainable living*» [Mudanças criativas: Capacitar a cultura para uma vida sustentável], 2025 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/043230ba-d250-11f0-8da2-01aa75ed71a1

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Strengthening Cultural Heritage Resilience for Climate Change*» [Reforçar a resiliência do património cultural às alterações climáticas], 2022 – https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4bfcf605-2741-11ed-8fa0-01aa75ed71a1/language-en

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*The Status and Working Conditions of Artists and Cultural and Creative Professionals*» [Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação], 2023 – https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/01fafa79-1a13-11ee-806b-01aa75ed71a1/language-en

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Strengthening Europe through Public Libraries – How sustained investment in public libraries and their multiple roles deliver social, cultural and democratic returns*» [Fortalecer a Europa através das bibliotecas públicas – A forma como o investimento sustentado em bibliotecas públicas e nas suas múltiplas funções proporciona retornos sociais, culturais e democráticos], 2026 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/623284d9-8184-11f1-bf5e-01aa75ed71a1/language-en

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Stormy Times – Nature and humans: Cultural Courage for change*» [Tempos conturbados – Natureza e seres humanos: coragem cultural em prol da mudança], 2022 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/0380f31c-37c9-11ed-9c68-01aa75ed71a1/language-en

– Relatório do Grupo MAC (Método Aberto de Coordenação) de peritos dos Estados-Membros intitulado «*Towards a shared culture of architecture – Investing in a high-quality living environment for everyone*» [Rumo a uma cultura comum da arquitetura – investir num ambiente de vida de elevada qualidade para todos], 2021 https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/bd7cba7e-2680-11ec-bd8e-01aa75ed71a1/language-en

- Diálogo com a sociedade civil «*Voices of Culture*» [Vozes da cultura], 2021 https://voicesofculture.eu/2021/07/06/brainstorming-report-status-working-conditions-for-artists-cultural-and-creative-professionals/

- UNESCO, Convenção da Haia para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, 1954

- UNESCO, Convenção relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais, 1970

- UNESCO, Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

- UNESCO, Recomendação relativa ao estatuto do artista, 1980

- UNESCO, Segundo Protocolo à Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, 1999

- UNESCO, Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, 2001

- UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003

- UNESCO, Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (incluindo a sua adaptação ao ambiente digital – Orientações operacionais de 2020), 2005

- UNESCO, Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade, 2015

– Instituto de Estatística da UNESCO, Quadro para as Estatísticas Culturais, 2025

– UNESCO, «*Re|Shaping Policies for Creativity: we share, we act, we build*» [Re|Pensar as Políticas em prol da Criatividade: partilhar, agir, construir], Quarta edição, 2026

– UNESCO, Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, novembro de 2021

– UNESCO, «*Implementing the UNESCO 1980 Recommendation Concerning the Status of the Artist*» [Aplicação da Recomendação de 1980 da UNESCO relativa ao estatuto do artista] https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387452

– Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas intitulada «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável», adotada em 25 de setembro de 2015

– Nações Unidas, «Pacto para o Futuro» (Resolução A/RES/79/1, adotada em 22 de setembro de 2024)